



# Tribunal Judicial da Comarca do Porto

## Reunião do Conselho Consultivo do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

### ACTA

**DATA:** 10 de Novembro de 2016, pelas 14: 30 horas

**LOCAL:** Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto (instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto).

\*

#### Membros do Conselho Consultivo:

- **Juiz Presidente da Comarca do Porto:** Dr. José António Rodrigues da Cunha
- **Procurador-Geral Adjunto Coordenador:** Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro
- **Administrador Judiciário:** Dr. José Aurélio Cabido
- **Representante dos Juizes da Comarca:** Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira
- **Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca:** Dr. João G. A. de Simas Santos
- **Representante da Ordem dos Advogados:** Dr. Rui da Silva Leal
- **Representante da Câmara dos Solicitadores:** Dra. Alexandra Ferreira
- **Representante dos Oficiais de Justiça:** Secretário de Justiça Manuel Fernando Barbosa de Sousa
- **Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:**
  - Dra. Joana Mafalda Felício Ferreira (Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos)
  - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar);
- **Representante da Associação Empresarial de Portugal:** Dra. Olga Tavares
- **Representante do Conselho de Reitores:** Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos
- **Representante dos Consumidores – D.E.C.O.:** Dr. Miguel Dias Gomes
- **Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca:** Dra. Ana Maria Mota Pinto

\*

#### AUSENTES:

Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira, Dr. Rui Silva Leal, tendo os mesmos comunicado a sua impossibilidade em comparecer, e Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos, tendo comparecido em substituição do mesmo o Dr. José Reis.

\*



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

### APRESENTAÇÃO:

Apresenta-se, em seguida, a competente acta onde se discriminam, por súmula, os assuntos submetidos à mesma.

\*

### ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 – Relatório Semestral da Comarca do Porto 2015/2016 ;
- 2 – Reuniões do Conselho Consultivo abertas à comunicação social;
- 3 - Serviços de segurança aos tribunais.

\*

Iniciada a reunião, pelas 14:40 horas, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente da Comarca foi feita uma súmula dos aspectos mais importantes referidos no Relatório Semestral, nomeadamente a diminuição drástica das pendências e da taxa de resolução de processos; a existência de Secções de elevada pendência, sem soluções humanas e logísticas, para as quais a Comarca não tem resposta a dar.

Em seguida, o Exmo. Sr. Procurador – Geral Adjunto Coordenador tomou a palavra para dizer que o Ministério Público acompanha a melhoria do serviço judicial, designadamente a diminuição da taxa de resolução processual, mesmo sem a reposição dos quadros daquela instituição.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foi questionado se há alguma resposta quanto ao aumento dos quadros dos tribunais, ao que o Exmo. Sr. Procurador – Geral Adjunto Coordenador referiu que existe o propósito governamental de promover novos cursos de recrutamento de magistrados.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dado conta de que se encontra em fase de andamento, com possível concretização para o mês de Dezembro do corrente ano, a criação de uma mega – sala de julgamentos, com vista a colmatar a necessidade de um espaço adequado para albergar julgamentos com grande número de intervenientes e diminuir os gastos que o arrendamento desse tipo de espaços acarreta.



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Em seguida pela Exmo. Sr. Juiz Presidente foi proposto, a todos os presentes, convidar a comunicação social para assistir à próxima reunião do Conselho Consultivo, a qual se realizará no Núcleo da Maia, em data oportunamente a indicar.

Pelo Exmo. Sr. Procurador – Geral Adjunto Coordenador foi dito não concordar com a eventual presença da comunicação social, dado os riscos de descontextualização, má interpretação e/ou de especulação a que estarão sujeitas todas e quaisquer afirmações proferidas no decorrer destas reuniões.

Pela ilustre representante da Câmara dos Solicitadores foi dito discordar da posição do Exmo. Sr. Procurador – Geral Adjunto Coordenador, na medida em que entende que o público em geral tem que ter conhecimento das dificuldades por que passa a Comarca.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foi dito ter algumas reservas quanto à presença da comunicação social, sem prejuízo de se procurar outras formas de informação para o público.

Pela ilustre representante do Município de Matosinhos foi dito concordar com a proposta em causa, porquanto, no seu entender, esta transmite a ideia de uma justiça aberta, de diálogo com a comunidade.

Pela ilustre representante da Câmara dos Solicitadores foi referido que algumas das entidades representadas nesta reunião têm gabinetes de imprensa, os quais poderiam participar em futuras reuniões, com vista a informar, inicialmente a um público restrito, alargando-se depois ao público em geral.

Pelo Exmo. Sr. Procurador – Geral Adjunto Coordenador foi dito discordar de tal posição, na medida em que, no seu entender, há sempre possibilidade de informar o público em questões de interesse geral, caso haja necessidade para tal, controlando o que é dito, de forma a evitar especulações ou má interpretação, salvaguardando a imagem e o prestígio do Ministério Público.



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito que privilegia o consenso e, nessa medida, a proposta apresentada só seria posta em prática se obtivesse aceitação por unanimidade. Assim, atenta a oposição do Exmo. Sr. Procurador – Geral Adjunto Coordenador a concretização de tal proposta mostra-se inviável.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foram colocadas questões relativas ao horário de funcionamento de alguns tribunais e aos serviços de segurança dos mesmos, tendo o Exmo. Sr. Juiz Presidente feito uma breve resenha da matéria ora em causa, referindo que, nalguns tribunais, as portas são fechadas pelas 18:30 horas, uma vez que os contractos em vigor não permitem a permanência de elementos de segurança para além de tal horário. Contudo, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi mencionado que tal situação será resolvida brevemente.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foi referido, ainda, que o Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia era encerrado pelas Sras. empregadas de limpeza porque, após as 18:00 horas, não existe serviço de segurança. Salientou, ainda, que ocorreram leituras de sentenças – crime e julgamentos de processo - crime, que se prolongam para além da hora de expediente, sem revista e sem detectores de metais.

Neste momento, o Sr. Administrador Judiciário esclareceu os presentes quanto às revistas por questões de segurança, uma vez que as mesmas não podem ser efectuadas por seguranças privados, tendo que ser accionado o piquete da P.S.P. para tal ou por motivo de situação de flagrante delito, estando confinadas ao acto de esvaziar os bolsos/malas quando solicitado para esse fim.

Referiu, ainda, que foi impugnada a escolha da actual empresa contratada para efectuar a segurança dos tribunais, havendo garantia dos seus serviços até final do mês Dezembro do corrente ano.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi afirmado que na prática não há meios para se atingir a eficiência e eficácia exigidas, sendo necessário adequar os quadros à realidade, tendo em perspectiva a realização do interesse público, o qual não prevalecerá se os serviços públicos funcionarem como os privados.



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Pelo ilustre representante dos Oficiais de Justiça foi tomada a palavra dando conta que, o programa CITIUS permite aos Srs. Solicitadores a visualização imediata de todos os actos praticados, mormente de decisões, as quais são notificadas aos exequentes antes da secretaria as notificar aos Srs. Solicitadores, gerando um certo mal – estar aos Srs. Magistrados e aos Srs. Funcionários.

Pela ilustre representante da Câmara dos Solicitadores foi contraposto que tal facto acontece dada a demora da secretaria em notificar de tais despachos, sugerindo uma reunião com os Srs. Magistrados e Srs. Funcionários das Secções de Execução, com vista à resolução desta questão.

\*

Nada havendo mais a tratar, procedeu-se a um agendamento da próxima reunião, por acordo entre todos os membros presentes, designando-se o próximo **dia 15 de Dezembro de 2016, pelas 14:30 horas**, nas instalações do Palácio da Justiça do Núcleo da Maia, sitas na Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, nº 61, 4470-171 Maia.

\*

Consigna-se que a presente reunião foi encerrada pelas 16:00 horas.

A presente acta vai ser devidamente assinada.

Juiz Presidente da Comarca do Porto,

(Dr. José António Rodrigues da Cunha)

Procurador-Geral Adjunto Coordenador,

(Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro)

Administrador Judiciário,

(Dr. José Aurélio Cabido)



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto

pm

Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca,

(Dr. João Guerreiro Alves de Simas Santos)

Representante da Câmara dos Solicitadores,

(Dra. Alexandra Ferreira)

Representante dos Oficiais de Justiça,

(Secretário de Justiça Manuel Fernando Barbosa de Sousa)

Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:

(Dr. Luís Filipe Castro de Araújo - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar)

(Dra. Joana Mafalda Felícia Ferreira - Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos)

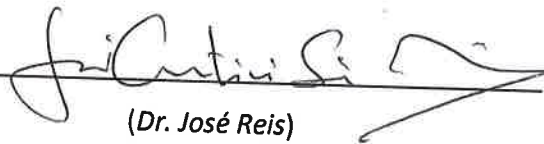
Representante da Associação Empresarial de Portugal,

(Dra. Olga Tavares)



## Tribunal Judicial da Comarca do Porto


Representante do Conselho de Reitores,

  
(Dr. José Reis)

Representante dos Consumidores – Associação Portuguesa p/Defesa do Consumidor,

  
(Dr. Miguel Dias Gomes)

Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca,

  
(Dra. Ana Maria Mota Pinto)